

UTILIZANDO AS LENTES DO BATISMO E DA
ALFORRIA: A ESCRAVIDÃO COMO
ELEMENTO ESTRUTURANTE NA
FORMAÇÃO DA VILA DE SÃO JOÃO
BATISTA DE NOVA FRIBURGO, RJ, 1820-1850

USING THE LENSES OF BAPTISM AND ALFORRIA:
SLAVERY AS A STRUCTURING ELEMENT IN THE
FORMATION OF THE VILLAGE OF SÃO JOÃO BATISTA DE
NOVA FRIBURGO, RJ, 1820-1850

RODRIGO MARINS MARRETTO*

Resumo: Utilizo os registros de batismo de escravos da Vila de Nova Friburgo realizados entre 1820 e 1850, documentos massivos e reiterativos, para extrair as principais características dos escravizados que ali viveram. Analiso o fluxo de escravos com o objetivo de mapear as gradações desse sacramento entre os cativos. Busco, ainda, investigar o parentesco ritual concretizado no ato do batismo. Utilizo as cartas de alforria para dar mais densidade aos dados do batismo. Pretendo, com isso, apresentar a escravidão como elemento estruturante da sociedade friburguense da primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: Escravidão; Batismo; Nova Friburgo.

Abstract: I use the records of the slaves' baptism from Nova Friburgo village in the years 1820 to 1850, to extract the main features of the enslaved that lived there with massive and reiterative documents. Analyze the flow of slaves in order to map the gradations of this sacrament among the captives. I seek also; investigate the kinship ritual to concretize the act of baptism. I use the

Artigo recebido em 7 de agosto de 2017 e aceito para publicação em 27 de agosto de 2017.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bolsista da CAPES. (Email: rmmarretto@gmail.com)

letters of manumission to give even more density to the baptism of the data. I intend, therefore, present slavery as a structural element to the Friburgo society in the early of the nineteenth century.

Keywords: Slavery; Baptism; Nova Friburgo.

Introdução

O objetivo deste trabalho é investigar as principais características dos escravizados que foram batizados e alforriados na Vila de Nova Friburgo entre os anos de 1820 e 1850. Com isso, pretendemos desmontar em suas bases o mito da suíça brasileira, noção que visa obliterar da história de Nova Friburgo o elemento escravo. A partir do período estudado foi possível mapear o fluxo de cativos batizados, tal movimento foi estruturado em intervalos de 10 anos e nos permite enxergar as nuances desse sacramento entre os cativos da vila de Nova Friburgo.

Além disso, o parentesco ritual concretizado no ato do batismo também foi rastreado e, em determinada medida, reconstruído mediante o cruzamento com outras fontes. A segunda coluna documental que sustenta este trabalho baseou-se na análise das cartas de alforria. A partir de uma significativa investigação serial foi possível conhecer as principais características das manumissões registradas na vila e compreender o seu papel nas relações escravistas da dita localidade. Durante a investigação destes corpos documentais, descobrimos importantes questões a respeito da escravidão, elemento que até então era ocultado pelo “mito da suíça brasileira”¹.

O batismo é de extrema importância para conhecermos as origens dos escravos que viviam na Vila de Nova Friburgo; entender o fluxo de escravos batizados e reconstruir as relações engendradas por esses indivíduos é fulcral para que a história da cidade seja ressignificada e o elemento cativo esteja presente em sua história. Os indicadores que serão objetos da análise dos batismos estarão centrados na origem/procedência dos cativos, assim como no apadrinhamento. Não pretendemos iniciar uma investigação a respeito da família escrava, mas conhecer o perfil dos batizados e dos padrinhos e, com isso, levá-los em consideração para que seja possível um esboço das estruturas da população escrava na primeira metade do século XIX, tomando como base o caso de Nova Friburgo.

¹ Tal mito foi identificado, descrito e criticado por João Raimundo Araújo em sua tese de doutorado *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1960)*. Uma de suas principais características era a de ocultar a íntima relação entre senhores e escravos na Vila de Nova Friburgo e classificá-la, por conta de um contingente de migrantes suíços, como a terra dos homens livres cercados pela escravidão.

Portanto, o presente artigo visa introduzir o elemento escravo na história da vila de Nova Friburgo a partir de densa análise serial. Como já explicitado, tal elemento é de fundamental importância tanto para a história da vila, quanto para a historiografia. Isto porque tal vila foi criada pela migração de suíços e alemães, nos anos 20 do século XIX, com o objetivo de produzir bens de subsistência.

História e historiografia da escravidão em Nova Friburgo

Até o momento, as pesquisas referentes à escravidão em Nova Friburgo se detiveram, principalmente, em comprovar a presença negra e escrava. Análises que incorporavam, sobretudo, documentos oficiais, relatos de viajantes e diários de colonos. Dessa forma, mantiveram-se ausentes as abordagens culturais e sociais da vida dos cativos, das identidades criadas por estes e por suas interações sociais com senhores e escravos. Nesse sentido, a obra de Gioconda Louzada se destaca por trabalhar com as narrativas dos viajantes sobre a região e com um pequeno número de fontes primárias, mas que não vai muito além da comprovação da existência de escravos na região e da presença negra em Nova Friburgo, como aponta o próprio título do livro².

O próximo trabalho que aborda o tema é “Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX”³. Escrito por Edson de Castro Lisboa, este texto faz um conjunto de comentários interessantes a respeito de documentos oriundos do século XIX, entretanto, não aprofunda a análise de nenhum deles, servindo como importante índice dos documentos relativos à escravidão na Vila. De qualquer forma, o texto faz boa relação entre o desenvolvimento da atividade cafeeira no polo de Cantagalo e o desenvolvimento da vila de Nova Friburgo.

Outro texto que visa apresentar a escravidão na cidade tem como autor Jorge Miguel Mayer e o já citado Edson de Castro Lisboa. *Os crimes da Fazenda Ponte de Tábuas: um estudo sobre a escravidão em Nova Friburgo no Século XIX*, que aborda um crime cometido por escravos contra os maus tratos perpetrados pelo administrador da fazenda.⁴ Tais trabalhos, embora comprovem a existência de escravos na Vila, não penetram nas minúcias das relações

² LOUZADA, Gioconda. *Presença negra*. Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo. Niterói: EdUFF, 1991.

³ LISBOA, Edson de Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In: ARAUJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (org). *Teia serrana: formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

⁴ LISBOA, Edson de Castro [e] MAYER, Jorge Miguel. *Os crimes da Fazenda Ponte de Tábuas: Um estudo sobre a escravidão no século XIX*. Nova Friburgo: Alberian, 2008.

entre senhores e os escravos, como também não captam os contornos gerais da estrutura escravista da Vila. São estas as informações que esperamos trazer à tona.

A demografia escrava segundo o batismo

Abordaremos, nesta seção, os escravos e suas origens. Para melhor compreensão da análise serial, os escravos foram classificados em crioulos e africanos (portos de saída), parâmetros que serão fundamentais para conhecermos a estrutura escravista da Vila. Os dados, considerados em sua totalidade, indicam que os crioulos receberam 53,89% dos batismos, e os escravos não identificados somaram 25,28% dos batizados. Os diversos escravos que receberam denominações africanas referentes aos seus portos de saída, somados aos de alcunha “de nação”⁵, somaram 20,75% dos batismos de escravos. Dentre os africanos de maior expressão, estão os “de nação” (9%), os moçambiques (4,25%), os congos (2,76%) e os cabindas (1,44%), entre outros de menor expressão e que estão listados no **quadro 1**.

Neste quadro, também é possível compreender o fluxo dos batizados de crioulos e africanos durante a primeira metade do século XIX. Dessa forma, foi possível descobrir que os escravos crioulos foram os mais batizados durante todo o período analisado. Entre 1820 e 1830, a maioria dos africanos tinha origem em Moçambique, Congo, Cabinda e Benguela respectivamente, enquanto os escravos denominados “de nação” estavam entre os menos representados.

Nos dez anos seguintes, o quadro se modifica, a lei de 1831⁶, que colocava na ilegalidade o tráfico internacional de escravos, impacta o número de escravos denominados “de nação”, em detrimento da utilização dos nomes dos portos africanos onde esses escravos embarcavam, ou mesmo do seu local de procedência. De qualquer forma, o número de escravos africanos batizados na Vila permanece sem muitas alterações nesses primeiros vinte anos. Entre 1841 e 1850, os números mostram a diminuição dos registros de batismo de escravos na Vila de Nova Friburgo. Fator que pode ser explicado pela preponderância do polo cafeeiro de Cantagalo na recepção dos cativos levados para a região.

⁵ Escravos “de nação” eram os africanos que não tinham seus portos de saída e lugares de procedência revelados pelos documentos. Importante não confundir com a expressão escravos “da nação”, que eram aqueles que eram presos e não reclamados, passando, assim, a pertencer ao Estado e prestavam-lhe serviços até que fossem leiloados. Ver: ROCHA, Ilana Peliciari. “Escravidão da nação”: o público e o privado na escravidão brasileira (1760-1876). 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/rocha%20ilana%20peliciari.pdf> (Acesso em 15 de novembro de 2013).

⁶ Torna-se importante ressaltar que, mesmo diante das pretensões da lei 1831, o tráfico internacional de escravos nunca cessou e, a partir de 1835, foi retomado com intensidade e volume nunca antes vistos.

Origem/portos de saída dos escravos batizados entre 1820 - 1850 - Quadro 1								
Origem	1820-1830		1831 - 1840		1841 - 1850		totais	%
Angola	9	1,12%	1	0,08%	1	0,25%	11	0,44%
Benguela	17	2,11%	1	0,08%	16	4,02%	34	1,36%
Cabinda	24	2,97%	4	0,31%	8	2,01%	36	1,44%
Cabra	0	0,00%	3	0,23%	1	0,25%	4	0,16%
Calabar	1	0,12%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,04%
Camungá	1	0,12%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,04%
Casangue	6	0,74%	2	0,16%	4	1,01%	12	0,48%
Congo	40	4,96%	24	1,86%	5	1,26%	69	2,76%
Mina	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Moçambique	94	11,65%	8	0,62%	4	1,01%	106	4,25%
Monjolo	2	0,25%	1	0,08%	0	0,00%	3	0,12%
Rebolo	3	0,37%	1	0,08%	5	1,26%	9	0,36%
"de nação"	3	0,37%	162	12,57%	67	16,83%	232	9,29%
Crioulos	369	45,72%	762	59,12%	214	53,77%	1345	53,89%
Sem Origem	238	29,49%	320	24,83%	73	18,34%	631	25,28%
Total	807	100%	1289	100%	398	100%	2496	100%

Fonte: Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I e II de Batismo. 1820-1850

Para aprofundar a análise dos registros de batismo ao longo do período entre 1820 e 1850, utilizaremos o **quadro 2**. Este nos permitiu chegar aos seguintes números: na primeira década (1820-1830) foram batizados 807 escravos, dos quais 200 eram africanos, 369 eram crioulos e 238 não tiveram sua origem declarada. Entre os anos de 1831 e 1840, foram batizados 207 africanos, 762 crioulos e 320 não tiveram informações de procedência registradas, números que somam 1289 escravos. No período entre 1841 e 1850, os africanos somaram 111 batizados, os crioulos 214, e os sem informação definida 73 batizados, num total de 398 escravos.

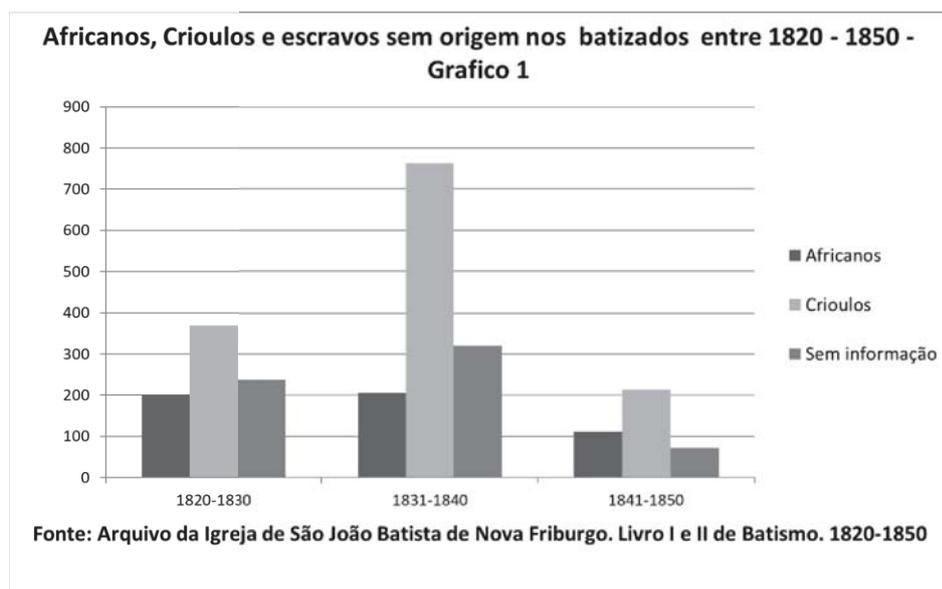
Isto quer dizer que, durante todo o período, os crioulos foram os mais agraciados com o sacramento do batismo, os escravos que não tiveram suas informações definidas ocuparam a segunda posição até 1840, e, na última década, os africanos passam a ocupar o segundo lugar no número de batismos. Com isso, torna-se correto afirmar que os crioulos receberam amplamente o sacramento, com ápice no decênio 1831-1840, quando foram batizados 762 escravos crioulos.

Para acompanhar a totalidade dos batizados na Vila de Nova Friburgo e suas oscilações ao longo do período estudado, posicionaremos o **gráfico 1** sobre o **gráfico 1.2**. Esta perspectiva mostra uma curva ascendente nos vinte primeiros anos da série, atingindo seu ápice entre 1831 e 1840, período em que, por lei, o tráfico de escravos estava proibido, mas políticos

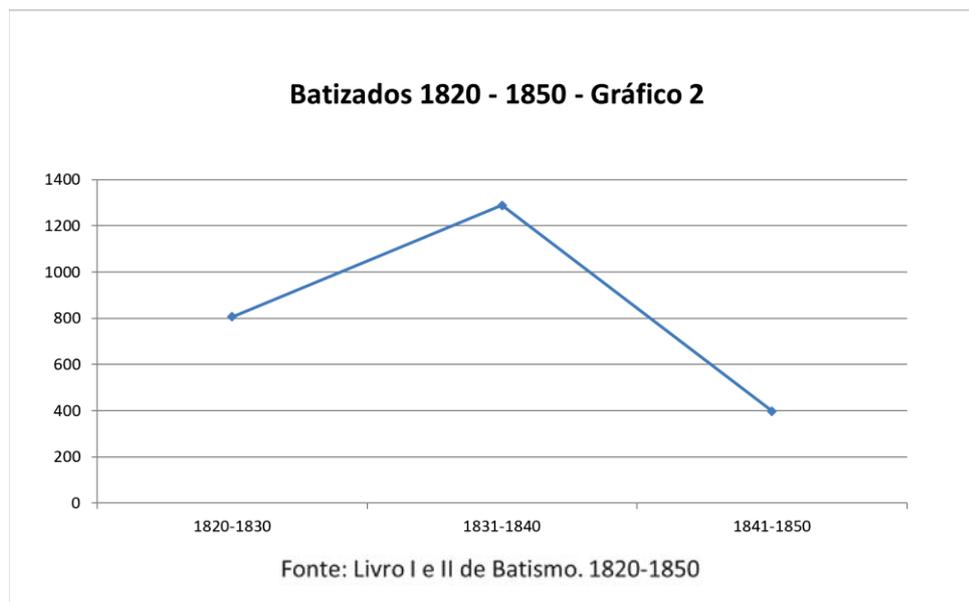
conservadores se esforçavam para justificar sua retomada, como demonstra Tâmis Parron no livro *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*⁷. A última década da abordagem apresenta um descenso significativo dos batizados realizados na Vila. Com os dados analisados, tornou-se possível concluir que os crioulos alteraram profundamente a curva da totalidade dos escravos batizados, o que, de certa forma, tem correlação com o tráfico interno para a Vila de Nova Friburgo.

Origem dos escravos batizados 1820 - 1850. Quadro 2			
Origem	1820-1830	1831-1840	1841-1850
Africanos	200	207	111
Crioulos	369	762	214
Sem informação	238	320	73
Total	807	1289	398

Fonte: Livro I e II de Batismo. 1820-1850



⁷ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.137-56.



A relação de gênero também pode ser indicativa do perfil da escravaria. Com os dados computados entre 1820 e 1850, percebemos que, dos 2496 escravos no batismo, quase 58% deles eram homens, enquanto 42% eram mulheres. Essas informações refletem uma sociedade em que a estrutura de trabalho, voltada para a subsistência, era ocupada, principalmente, por indivíduos do sexo masculino, mais capacitados para tarefas pesadas. Para esse elevado número de homens, contribuíram os 518 escravos africanos, que representavam 21%, os 1345 escravos crioulos, 54%, e os 631 escravos cujas origens não foram informadas e exprimiam 25% do total dos cativos oriundos tanto dos períodos de tráfico legal, como de tráfico ilegal.⁸ O **quadro 3** pode ajudar a visualizar mais precisamente o gênero nos registros de batismo.

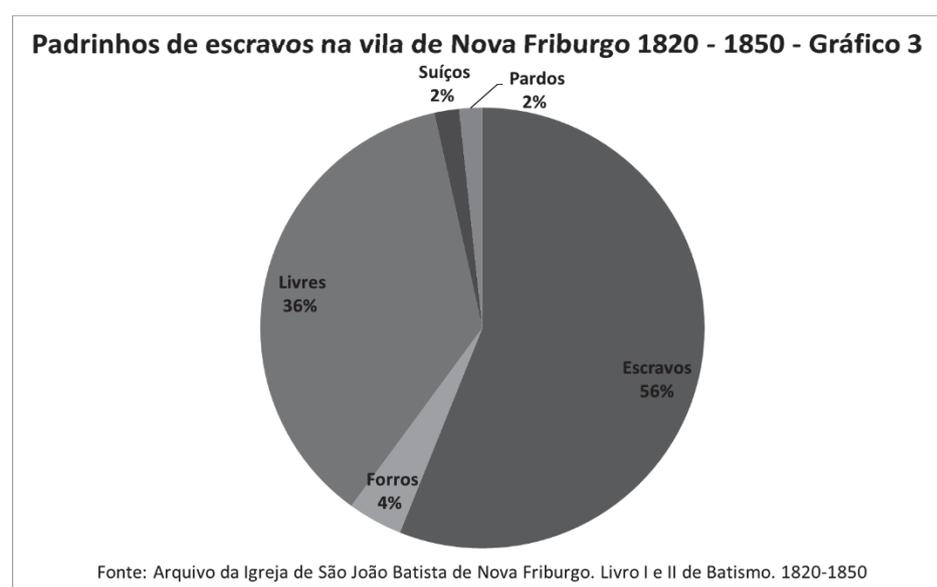
Gênero	Números	%
Homens	1447	57,97%
Mulheres	1049	42,03%
Total	2496	100%

Fontes: Livro I e II de Batismo - Igreja de S. João Batista de N. F.

Voltando à análise para a questão do apadrinhamento, é possível notar que os cativos se constituíam como o maior número de indivíduos relacionados entre os padrinhos de escravos. Esta relação pode contribuir como um mecanismo de associação horizontal e com possíveis

⁸ Por conta das características da documentação, é preferível não abordar questões etárias referentes aos escravos batizados na Vila de Nova Friburgo. O pároco Jacob Joye, suíço, registrou a totalidade dos escravos como “adultos”, não permitindo assim uma complexificação da abordagem.

formações identitárias e familiares que são reafirmadas através do parentesco ritual. Assim, partindo de uma visão estrutural, a maioria dos padrinhos de escravos também tem origem no cativo, posto que eles constam em 56% dos registros. Os indivíduos livres compareceram em 36% dos casos de apadrinhamento, com os quais os escravos criavam relações sociais verticalizadas. Enquanto forros, apadrinharam em 4% dos registros, e pardos 2% (**Gráfico 2**). Tal atividade acabava por criar, entre todos os elementos arrolados, vertical ou horizontalmente, laços de parentesco ritual que podem apontar para a formação de identidades e relações pessoais que levassem os escravos à liberdade ou ao apadrinhamento, em caso de necessidades.



Os dados apresentados revelam que a região foi povoada tardiamente, o processo ocorreu praticamente ao mesmo tempo em que se dava a consolidação do império e no mesmo contexto da carta outorgada de 1824. Esta última garantiu a continuidade da escravidão a partir de um princípio básico do liberalismo: “a absolutização do direito de propriedade, que só poderia ser confiscada pelo Estado mediante indenização”.⁹ Assim, temos a formação de um tecido social completamente heterogêneo, que não só comportava os elementos elencados por Hebe Mattos – “o ‘português’ ‘colonizador’ e o ‘africano’ ‘escravo’ – a construção prática do ‘brasileiro’”¹⁰, mas contava com a migração de colonos suíços e alemães, o que contribuiu para a complexificação do objeto de análise na realidade pesquisada.

⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 33.

¹⁰ *Ibidem*, p. 32.

Outra questão relevante é a relação entre o número de alforrias e o total de escravos na Vila. A formação tardia da região da Vila de Nova Friburgo e da sua escravaria por certo influenciou os registros de cartas de alforria. Vale dizer que, por muito tempo, a prática da alforria encontrava-se somente no âmbito costumeiro. Por isso, muitas das manumissões eram concedidas apenas “de boca”, o que indica a possibilidade de não terem se concretizado nas notas do cartório da Vila.

No momento em que realizamos a análise do *Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro*¹¹, de 1856, verificamos que, em 1840, a população da Vila de Nova Friburgo era de 5043 indivíduos, sendo 2886 livres e 2157 escravos. Os dados referentes ao ano de 1850 já apresentam um total de 7114 pessoas, dentre as quais 4187 livres e 2927 escravos. Ao retomar os dados supracitados, torna-se evidente a ocorrência de um aumento progressivo da população, da qual os escravos compunham, durante toda a primeira metade do século XIX, pelo menos 40% de sua totalidade.

Assim, os dados apresentados corroboram a ideia de um lento crescimento demográfico, já que, desde 1828, com os registros do pároco suíço e do pastor alemão, os números subiram, principalmente entre os anos de 1840 e 1850, período em que a Vila atraiu um contingente de mais de 2000 pessoas. O que justifica esse crescimento é o fato de que “Cantagalo era o coração da área de expansão cafeeira conhecida como ‘Sertões do Leste’”¹², e o distrito de São João Batista da Vila de Nova Friburgo encontrava-se como entreposto comercial, ligando as áreas dedicadas ao plantio de café a Corte.

Quadro geral das alforrias em Nova Friburgo

Nota-se que é necessário, antes de prosseguir, refazer um pouco do caminho trilhado por historiadores que se debruçaram sobre o tema e evidenciar em que concepção de alforria este trabalho se enquadra. De fato, e como assinala Roberto Guedes, a alforria será entendida aqui, sobretudo, como concessão, pois se encontra no campo dos costumes, principalmente até 1871, quando ocorre uma inflexão que influencia a forma de conceder as cartas de alforria.¹³

¹¹ SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 185.

¹² *Ibidem*, p. 187.

¹³ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). 1a ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2008. As transformações ocorridas com a lei de 1871 encontram-se fora dos limites temporais deste trabalho, portanto prefiro não me ater a elas.

Dessa forma, ao nos referirmos às alforrias, estaremos pensando em concessão. Por outro lado, torna-se de fundamental importância pensar que existia uma parcela considerável de negociação e resistência por parte dos alforriados.¹⁴ Com isso, a capacidade de negociar contribuía substancialmente para a formação de uma identidade livre que – mesmo desenvolvida na permanência e calcada nas relações de proximidade e dependência entre senhores e escravos após a alforria – se constituía intrinsecamente relacionada à reconstrução étnico-identitária dos libertos. Tais experiências de busca pela liberdade são oriundas das relações cotidianas entre os senhores e os cativos.

Tâmis Parron argumenta que a constituição de 1824 previu a inclusão de libertos no campo dos direitos civis¹⁵, com isso, as alforrias desempenharam um papel de suma importância para a sociedade brasileira do início do XIX, período de formação da sociedade friburguense. A constituição de 1824 reconheceu os direitos civis para livres e libertos de maneira clara, todavia, observa-se a necessidade de examinar essas implicações na prática. O argumento de Hebe Mattos é nítido:

a proposta de apagamento das diferenças de cor entre homens livres ter-se revelado questão polêmica e quase sempre explosiva, durante os primeiros anos da monarquia e por todo período regencial, aponta para enormes dificuldades práticas de efetivá-la.¹⁶

Tendo em conta o que foi dito até aqui, é possível afirmar que a permanência da escravidão, após 1824, se dava exclusivamente pelo direito de propriedade e pela restrição legal aos direitos políticos dos libertos.

Durante a análise dos documentos do cartório do 2º ofício da Vila de Nova Friburgo, foram encontradas 86 cartas de alforria, em que 98 indivíduos conquistaram a liberdade, apenas três colonos suíços registraram cartas de alforria e todas as testemunhas arroladas foram consideradas “brancas”. Se observarmos os trabalhos de Kátia Matoso, por exemplo, encontraremos, para o período compreendido entre 1779 e 1850, em Salvador, 6593 cartas de alforria, enquanto Roberto Guedes levantou 130 documentos nas notas cartoriais de Porto Feliz

¹⁴ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Esses autores abriram uma vertente de pesquisa que tem por objetivo destacar a agência escrava na obtenção das cartas de liberdade

¹⁵ PARRON, Tâmis. *Op. cit.*, p. 68.

¹⁶ MATTOS, Hebe. “Racialização e cidadania no Império do Brasil”. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 359-60.

entre 1806 e 1868.¹⁷ Dessa forma, estamos diante de realidades que se configuraram com significativa antecedência em relação à Nova Friburgo e a comparação aqui proposta nos vale para estabelecer dois parâmetros quantitativos quanto à prática da manumissão.

A Vila constituiu-se primeiramente como entreposto comercial e área de produção de bens de subsistência e, com o tempo, os distritos passaram a produtores de café. Diante desse contexto, o número de alforrias registradas no cartório da Vila de Nova Friburgo não pode ser considerado baixo, é preciso levar em conta a formação recente da Vila e que esta era uma região adjacente a um dos centros da economia cafeeira – Cantagalo. A Vila correspondia à área de maior desenvolvimento urbano do município de Nova Friburgo e possuía significativo peso por registrar grande parte dos negócios da região, além de diversos serviços, como o de tropeiros responsáveis por levar o café para os portos do Rio de Janeiro.

Os números das cartas de alforria estão, sem dúvida, relacionados ao modo como se engendraram as relações sociais para a criação da Vila, que teve sua formação tardia. Todavia, é preciso levar em conta os alforriados na pia batismal e o sub-registro, variáveis indispensáveis a um estudo aprofundado das alforrias. Outro argumento que pode justificar o número das alforrias é o alto preço dos escravos na Vila (uma média de 500 mil réis por cativo¹⁸), assim, a dificuldade para adquiri-los indica a inibição da prática da alforria. Entre os suíços, o baixo número de alforrias pode se relacionar com a falta de imersão mais profunda nas características cotidianas da sociedade escravista, onde residia o costume de libertar.

Tratemos primeiramente os problemas que nos parecem mais simples, o sub-registro e o preço dos escravos. Muitas vezes, como se encontravam no âmbito privado, os papéis de alforria eram particulares, e apontam que o reconhecimento social da liberdade não estava necessariamente atrelado ao registro cartorial. Ao mesmo tempo, o alto preço dos cativos na Vila de Nova Friburgo não dava chance à alforria. Por outro lado, encontram-se as diversas peculiaridades que podem ter alterado os números das manumissões, entre elas o sub-registro, o preço dos escravos e a formação particular da Vila, elementos que compõem as variáveis que interferem, de maneira sensível, nos números da liberdade.

¹⁷ MATTOSO, Kátia. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, IV, 1972. GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia* (UFBA), v. 35, 2007. Utilizamos aqui dois contextos tão díspares para obtermos duas balizas quantitativas referentes às alforrias durante o Império do Brasil.

¹⁸ Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo – Livro de Notas I, II, III e IV. Escrituras de compra e venda de escravos.

No caso das alforrias dadas na pia batismal, apenas duas foram registradas nas notas do tabelião desta Vila; constam no registro a alforria de cinco escravos pardos, a mãe e seus quatro filhos, a saber, “Uma filha mais velha por nome Ana já a libertei no batismo, na Freguesia da Sagrada Família e outro mais chamado Manoel também fiz o mesmo na Freguesia da Vila de Magé”¹⁹. O senhor Serafim Manoel Feijó reiterava a liberdade desses indivíduos ao rebatizá-los. Por fim, encontrei nos registros de batismo, para o período estudado, o caso de Augusto, “filho natural de Ana Maria parda”²⁰ e “o dito Augusto foi declarado forro pelo padrinho Antônio Luiz Ribeiro, na pia batismal”²¹.

As cartas de alforria aqui analisadas são essenciais para a reafirmação da ideia de que os escravos foram elementos indispensáveis à formação da Vila e fator de reprodução do sistema escravista, nos moldes de Sheila de Castro Faria e Rafael Bivar Marquese.²² As cartas de alforria contidas nos arquivos do Cartório do Segundo Ofício formam um conjunto especial de documentos. Elas revelam que, em uma “colônia de europeus”, o ato de libertar os escravos não se diferenciava muito – salvo pelo volume de escrituras – das demais regiões do Império brasileiro.

As condições da liberdade

Os dados sobre a condição das alforrias indicam que pouco mais de 41% das manumissões foram gratuitas, 30% foram condicionadas à prestação de serviços por determinado período de tempo, quase 24% das alforrias foram compradas, e um número ínfimo não teve sua condição anotada (**Quadro 4**). No que diz respeito ao gênero, diversas pesquisas apontam para uma disparidade entre homens e mulheres, porque elas “eram mais bem aquinhoadas por libertações do que os homens”²³. Na Vila de Nova Friburgo, o quinhão referente às mulheres as apresenta como ligeiramente beneficiadas com o acesso à liberdade, constando que 51% das alforrias pertenciam ao gênero feminino e os outros 49% ao masculino,

¹⁹ Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo – Livro de Notas I. Fls. 20, 20V e 21.

²⁰ Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo – Livro I de Batismo, fl. 239.

²¹ *Ibidem*.

²² MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos. Cebrap*. São Paulo, 2006. V.4. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (Titular), IFHC Niterói: UFF, 2004.

²³ FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista*: notas de pesquisa. Topoi, Rio de Janeiro, Set. 2002, p.9; A tese de Sheila de Castro Faria aponta a mesma prevalência das mulheres em relação à alforria. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (Titular), IFHC Niterói: UFF, 2004.

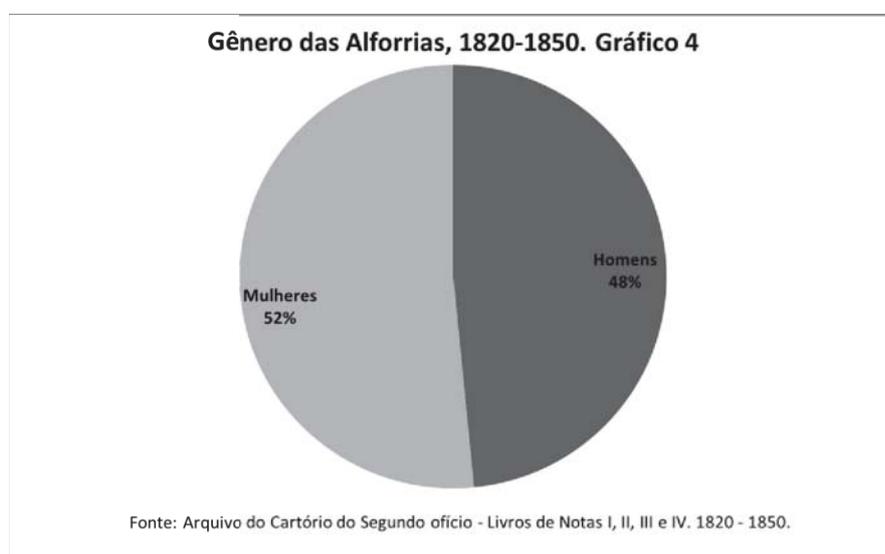
como nos apresenta o **quadro 5** e o **gráfico 3**.²⁴ No que se refere à idade dos alforriados, apenas 23 registros apresentam a idade, ainda que de forma subjetiva – “Já idosa”, por exemplo. Em 39 registros, o critério de idade dos indivíduos não apareceu. Diante disso, qualquer média de idade pode ser considerada distorcida, já que os registros, em sua maioria, não apresentavam esse dado, ou o apresentavam sub-repticiamente.

Condição das alforrias, 1820-1850. Quadro 4		
Gratuitas	condicionais	Compradas
41,86	30,23	23,26

Fonte: Cartório 2º Ofício de Notas de N.F.

Gênero das alforrias, 1820-1850. Quadro 5		
Homens		
		47,96%
Mulheres		51,02%

Fonte: Cartório 2º Ofício de Notas de N.F.



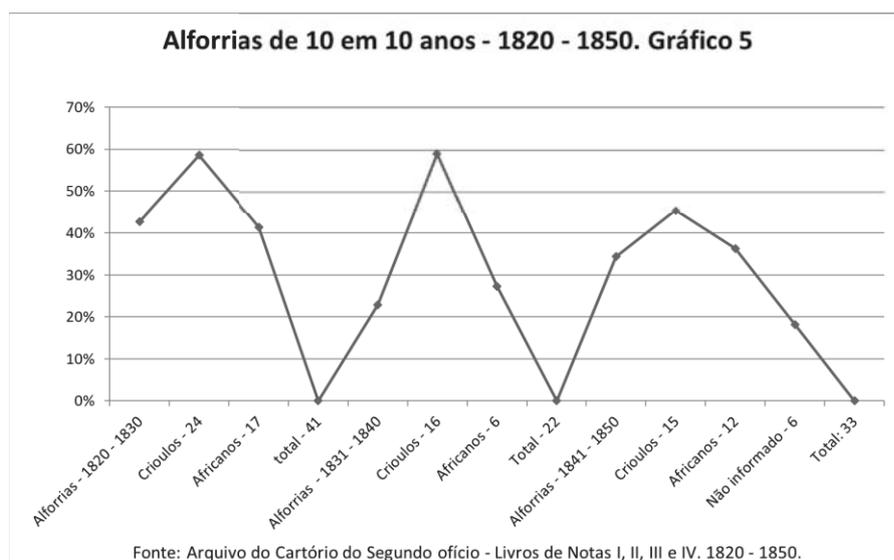
As oscilações da prática da alforria nos decênios entre 1820 e 1850, constantes no **quadro 6**, conformam dados importantes. Entre 1820 e 1830, foram feitos 43% dos registros, período em que os crioulos lideravam o número de alforrias, com 59%, e os africanos contavam 41%. Os dez anos seguintes foram responsáveis por 23% dos registros de alforrias, os crioulos

²⁴ Reconhecemos aqui um conjunto pujante de trabalhos historiográficos que apontam as mulheres e os crioulos como os mais agraciados pela prática da alforria no Brasil imperial, a saber: FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, Rio de Janeiro, Set. 2002. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. GUEDES, Roberto. *A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade* (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia* (UFBA), v. 35, 2007. TEIXEIRA, Heloísa Maria. Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana-MG no século XIX (1840-1888). *Afro-Ásia* (UFBA), v. 50, 2014. MATHEUS, M. S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro* (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888), (Dissertação de Mestrado) UNISINOS, Brasil. Ano de Obtenção: 2012.

registraram 73% das alforrias e os africanos com 27%. Os últimos 10 anos apresentaram um aumento no número de registros, que subiram para 34% do total. Os crioulos foram os que mais receberam cartas de alforria novamente, mas com menor volume, 46% delas; os africanos não ficaram muito longe, com 37%; enquanto os que não receberam as denominações, crioulos ou africanos somavam 15% dos registros do período. Com a ajuda do **gráfico 4**, fica nítido que os crioulos foram os mais agraciados com cartas de alforria e tiveram o maior número de cartas exatamente no período de maior fluxo de batizados de crioulos, ou seja, indivíduos oriundos do tráfico interno. De qualquer forma, ao observar crioulos e africanos em conjunto, notabiliza-se que o maior fluxo de alforrias ocorreu antes da proibição do tráfico, no período entre 1820 a 1830. Após a proibição em 1831, ocorreu uma diminuição na concessão de manumissões, e, a partir da década de 40 até 1850, as alforrias retomaram uma linha de crescimento.

Alforrias de 10 em 10 anos - 1820 - 1850 (Quadro 6)	
Alforrias - 1820 - 1830	43%
Crioulos - 24	59%
Africanos - 17	41%
total - 41	
Alforrias - 1831 - 1840	23%
Crioulos - 16	59%
Africanos - 6	27%
Total - 22	
Alforrias - 1841 - 1850	34%
Crioulos - 15	45%
Africanos - 12	36%
Não informado - 6	18%
Total: 33	

Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.



No que se refere aos africanos e crioulos, lançaremos mão dos dados mais gerais e posteriormente aprofundaremos as informações, vasculhando os indícios do caminho trilhado por esses escravos até a liberdade. Iniciaremos com a afirmação de que a diferença no número

de crioulos e africanos manumissos é grande, 58% e 36% respectivamente, o que constitui uma diferença de vinte e sete pontos percentuais (**Quadro 7**). Tal diferença indica também que o volume de escravos crioulos era significativo e que o tráfico interno sempre foi fundamental, com escravos que vinham de Minas Gerais, do Nordeste e da Corte.

Alforrias entre africanos e crioulos (Quadro 7)
Crioulos - 57,29%
Africanos - 36,46%
Não identificados - 6,25%
Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.

O grupo dos crioulos contava com escravos de nomenclatura ‘carioca’, ‘cabra’, ‘mulatinho’ e ‘pardo’, como apresentado no **quadro 8**.²⁵ Entre essas nomenclaturas, os que mais apareceram nas alforrias foram os crioulos com 57% e os pardos com 39%. Diante disso, preferimos dividir os crioulos em outras nomenclaturas, sobretudo pela importante observação de Hebe Mattos a respeito dos ‘pardos’, quando afirma que a categoria “ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo”.²⁶

Pardos, por certo, distanciaram-se mais facilmente da condição de escravos e ex-escravos. Enquanto cativos, diferenciavam-se de seus iguais como se o epíteto fosse sinônimo de qualidade, muitos deles eram preferíveis em cargos de confiança, como o de feitor, por exemplo. A afeição também era um caminho para ganhar a alcunha de pardo, como no exemplo da senhora que alforriara a Felizarda Parda, “que criei como minha filha”²⁷. Importante lembrar que não há uma alforria sequer em que um pardo tivesse pagado pela sua liberdade, todos os pardos libertos ou foram alforriados condicionalmente, ou incondicionalmente, como fica claro no **quadro 9**. Com este desmembramento, identificamos apenas os pardos e em que condições conseguiram suas manumissões. Em 56 % dos casos, os pardos foram alforriados gratuitamente, e, em 43%, foram estabelecidas condições para a concessão das alforrias.

²⁵ Os termos ‘crioulo’, ‘mulatinho’, ‘pardo’ e ‘cabra’ eram utilizados para designar os escravos nacionais. Em relação ao termo ‘cabra’, Mary Karasch afirma que servia para categorizar cativos miscigenados. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo, Companhia das Letras 2000, p. 39. Não encontrei nenhuma outra referência à alcunha carioca. Considero que o escravo recebeu tal epíteto por ser esse o seu local de origem, assim como os escravos vindos da província de Pernambuco e que carregavam esse nome consigo.

²⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000, p. 17

²⁷ Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 23 e 23V.

Alforrias de Crioulos. 1820-1850. Quadro 8		
Escravos Crioulos	Números	%
Crioulos	33	56,90%
Pardos	23	39,66%
Carioca	1	1,72%
Mulatinho	1	1,72%
Cabra	1	1,72%
Totais	59	100%

Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.

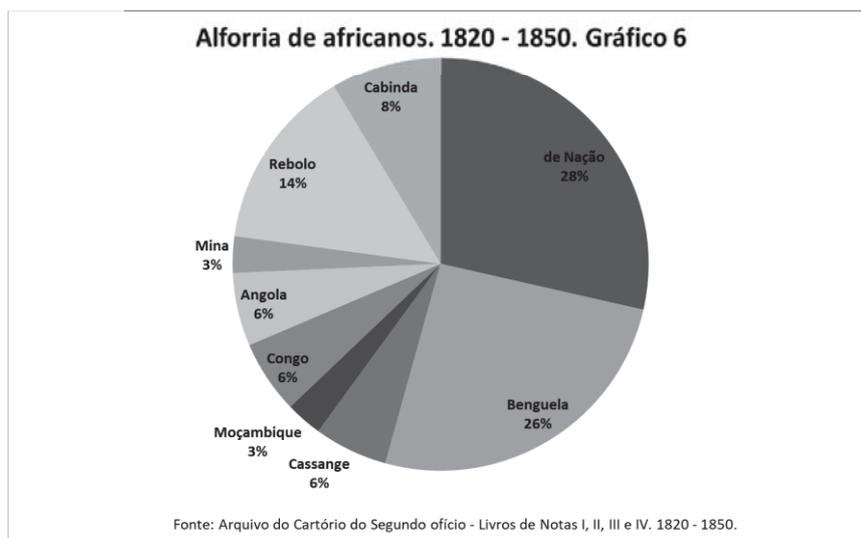
Condição das Alforrias para pardos 1820-1850. Quadro 9			
Pardos	Incondicionais	Condicionais	Compradas
total: 23	13	10	0
%	56,52%	43,48%	0%

Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850

Entre os africanos, os que mais receberam cartas de alforria foram os que receberam a nomenclatura generalizante de “de nação”, com 28%; seguidos pelos benguelas, com 25%. Cassanges, congos e angolas ficaram responsáveis, cada um, por 5% das alforrias; moçambiques, minas, rebolos e cabindas representaram individualmente 2% das manumissões, como podemos confirmar a partir dos dados do **quadro 10** e do **gráfico 5**.

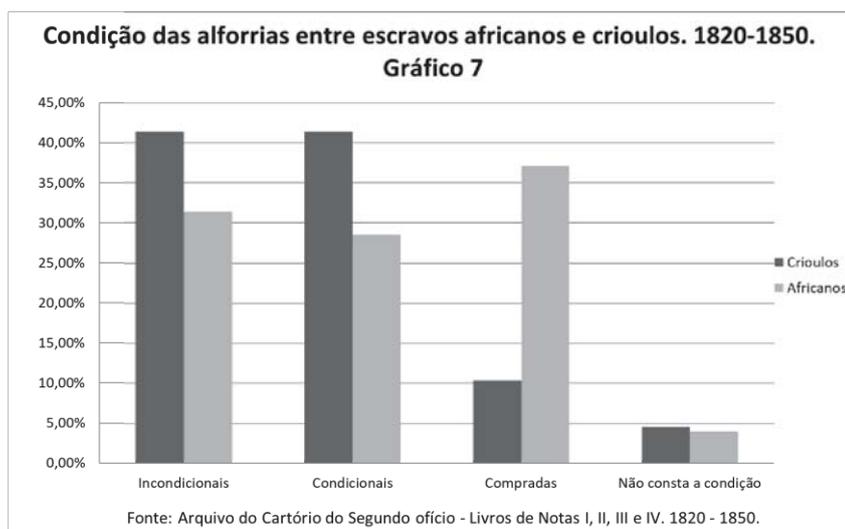
Alforria de africanos. 1820 - 1850 (Quadro 10)		
Escravos africanos	Números	%
de Nação	10	28,57%
Benguela	9	25,71%
Cassange	2	5,71%
Moçambique	1	2,86%
Congo	2	5,71%
Angola	2	5,71%
Mina	1	2,86%
Rebolo	5	14,29%
Cabinda	3	8,57%
Totais	35	100%

Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.



Tanto o equilíbrio entre homens e mulheres, quanto a diferença entre crioulos e africanos apontam para a formação de uma escravaria recente, abastecida principalmente pelo tráfico interno, mas que também recebia incrementos de escravos africanos, tanto em tempos de comércio legal, quanto de ilegal. Essa escravaria se formou ao mesmo tempo em que a região era povoada e se desenvolvia economicamente, sempre ligada à produção cafeeira das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo. A partir do plano demográfico, desenvolvido na primeira seção, os números das alforrias acompanham as oscilações do número de escravos na Vila.

O **quadro 11** contribui para a obtenção de resultados ligados ao cruzamento dos dados de origem e condição das alforrias. Percebe-se que, entre os africanos, 37% das alforrias foram compradas, 28% condicionais e 31% gratuitas. Já entre os crioulos, empataram as alforrias condicionais e incondicionais, ambas com 41%; enquanto as alforrias compradas somaram apenas 6% do total das manumissões. Para uma melhor visualização dos dados apresentados, é preciso acompanhar o **gráfico 6**, através do qual se percebe que os africanos tiveram significativa vantagem na obtenção das alforrias compradas, enquanto os crioulos dominaram as condicionais e incondicionais.



A seguir, passamos a debater as diferenças entre as alforrias concedidas a crioulos e africanos. Nas alforrias condicionais e incondicionais os crioulos foram mais contemplados do que os africanos. Podemos argumentar o seguinte sobre a causa dessa diferença: muitos crioulos conviviam mais próximos de seus senhores, pelo fato de terem nascido e crescerem na fazenda. Tal expediente permitia aos escravos relações sociais mais duradouras e que os colocavam mais próximos das alforrias condicionais e incondicionais.²⁸

²⁸ FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, in FLORENTINO, Manolo (org.), *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro,

Por outro lado, os africanos apresentam larga vantagem nas alforrias compradas. Por que teriam conseguido comprar mais alforrias que os crioulos? Conjecturamos que os escravos africanos deveriam estar ligados à escravidão urbana, assim, as atividades que realizavam permitiam a eles determinada autonomia. Dessa maneira, as possibilidades de conquistar o pecúlio estariam mais acessíveis, e desse expediente resultavam as cartas de alforria.

De qualquer forma, alertamos para o fato de que todas as modalidades de alforria contaram com uma hábil negociação por parte do escravo, já que o direito de concessão se encontrava exclusivamente na mão dos senhores. Ao mesmo tempo, a estruturação do sistema escravista estaria entre a expectativa dos escravos de se tornarem libertos e a possibilidade de chegarem a ser senhores. Concepção esta que, de determinada maneira, assemelha-se às concepções de Rafael Marquese, para quem a “gênese dessa grande população livre negra e mulata se deu, fundamentalmente, pela dinâmica do tráfico transatlântico de escravos, acoplada à dinâmica da alforria”.²⁹ A reprodução da sociedade escravista brasileira ocorreria em duas vertentes: levas de escravos traficados da África asseguravam a manutenção da mão de obra e um número alto de manumissões garantia a segurança do sistema.

O que apontamos no caso específico de Nova Friburgo é que essa reposição da mão de obra ocorreu principalmente através do tráfico interno de crioulos. Ao mesmo tempo, o número de manumissões era adequado a esta realidade por dois fatores: primeiro, pela recente formação das escravarias, e depois pelo alto preço dos escravos vendidos na Vila, de modo que ambos os elementos contribuía para a contenção dos senhores no ato de alforriar. Com isso, pode-se dizer que o padrão de manumissão em Nova Friburgo seria baixo se comparado aos dados de outras regiões circunvizinhas ao Vale do Paraíba ou aos padrões apontados para regiões distantes, mas no mesmo período.

Condição das alforrias entre africanos e crioulos. 1820-1850 (Quadro 11)				
Crioulos	Incondicionais	Condicionais	Compradas	Não consta a condição
total: 58	24	24	6	2
%	41,38%	41,38%	10,34%	4,55%
Africanos	Incondicionais	Condicionais	Compradas	Não consta a condição
total: 35	11	10	13	1
%	31,43%	28,57%	37,14%	4,00%
total: 98*	35	34	19	3
%	37,63%	36,56%	20,43%	3,23%
Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.				
* acrescido dos 5 escravos que não foram registrados como crioulos ou africanos.				

Civilização Brasileira, 2005, pp. 331-59. SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Notas de pesquisa sobre as alforrias condicionais no Rio de Janeiro imperial. In: *XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Santos-2014.

²⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Op. cit.*, p. 118.

Podemos pensar que a larga diferença entre crioulos e africanos fez parte da formação da Vila e se deu em decorrência de um volumoso tráfico interno de escravos. O número de escravos africanos que tiveram sucesso com alforrias compradas foi fomentado, principalmente, por atividades ao ganho realizadas para seus senhores.

Conclusões

Neste artigo, identificamos as estruturas escravistas que compunham a Vila de Nova Friburgo a partir dos registros de batismo e das cartas de alforria. Nesse sentido, trabalhar com esses documentos possibilitou uma compreensão mais geral do papel do escravo na Vila. Com os dados elaborados a partir dos registros de batismo de escravos, informamos sobre a estrutura escravista da Vila, suas nuances de procedência e variação no tempo. As cartas de alforria, por sua vez, fundamentaram o conhecimento em relação ao acesso à liberdade entre africanos e crioulos. Além disso, foram abordadas as três modalidades de liberdade: gratuitas, condicionais e pagas. Partimos do ponto de vista de que as cartas de liberdade eram uma concessão senhorial muitas vezes extraída a partir de um processo de negociação, o qual deixava para o escravo a parte precária do acordo.

Em síntese, a centralidade da escravidão para a formação da Vila de Nova Friburgo passa a ser indiscutível. A maior peculiaridade da Vila, na verdade, estava em ter sido oficialmente fundada pela migração de colonos suíços. Os dados aqui apresentados, portanto, auxiliaram a constatação de que a Nova Friburgo da primeira metade do século XIX, com todos os seus distritos, era, por assim dizer, uma Vila escravocrata.

Referências

Fontes:

Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo.

Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo – Livro de Notas I, II, III e IV. Escrituras de compra e venda de escravos. Cartas de Liberdade

Relatório do presidente de Província de 1856.

http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro. (Acesso em 25 de junho de 2016).

Bibliografia:

ARAUJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (org). *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FLORENTINO, Manolo, org., *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.
- José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo, Companhia das Letras 2000.
- LISBOA, Edson de Castro [e] MAYER, Jorge Miguel. *Os crimes da fazenda Ponte de Tábuas: Um estudo sobre a escravidão no século XIX*. Nova Friburgo, Alberian, 2008.
- LOUZADA, Gioconda. *Presença Negra. Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo*. Niterói: EDUFF. 1991.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Capítulos:

- FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871, in FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 331-66.
- LISBOA, Edson de Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In: ARAUJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (orgs). *Teia serrana: Formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003, pp. 79-105.
- MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 349-91.

Periódicos:

- FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, Rio de Janeiro, Set. 2002.
- GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia* (UFBA), v. 35, 2007.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. Cebrap. São Paulo, 2006. V.4.
- MATTOSO, Kátia. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, IV, 1972.
- ROCHA, Ilana Peliciari. “Escravos da nação”: o público e o privado na escravidão brasileira (1760-1876). 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos5/rocha%20ilana%20pelicari.pdf> (Acesso em 15 de novembro de 2013).
- SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Notas de pesquisa sobre as alforrias condicionais no Rio de Janeiro imperial. In: *XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Santos – 2014.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana-MG no século XIX (1840-1888). *Afro-Ásia* (UFBA), v. 50, 2014.

Teses e dissertações:

ARAUJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF, 2003. p. 287.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese (Professor titular de História do Brasil). Rio de Janeiro: UFF, 2004.

MATHEUS, M. S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio grande do Sul: Unisinos, 2012. p. 239.